



# VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

## INDIVÍDUO E MODERNIDADE: ALGUMAS REFLEXÕES NECESSÁRIAS\*

Sílvia Sgroi Brandão\*\*

A Modernidade é um período histórico que ocasionou uma reviravolta na concepção de mundo que se tinha até então, cujas consequências, nos mais variados campos da ação humana, ainda são sentidas nos dias atuais. Dentre os elementos constituintes da Idade Moderna, podemos destacar os seguintes: individualismo; dessacralização das instituições e a constituição da moderna distinção entre público e privado além do conhecimento; crítica epistemológica; surgimento da ciência; intensificação da tecnologia; consciência da importância do fator econômico; nascimento das filosofias nacionais, emergência das ciências sociais; consciência dos signos e da comunicação; cidadania universal.

Esses novos elementos, trazidos pela modernidade, por um lado, são os aspectos externos da libertação dos indivíduos em relação a uma longa série de dogmas que aparentemente estagnavam e caracterizavam o conhecimento e a sociedade medieval. Foi essa ruptura que permitiu aos indivíduos confiar, de forma progressiva, na

---

\* Artigo realizado para a disciplina “Territórios da História”, no Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História e adaptado para apresentação no VI Simpósio Nacional de História Cultural – escritas da História: ver, sentir, narrar. Piauí – 2012.

\*\* Aluna do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: silvia.sgroi@gmail.com

própria capacidade pessoal de buscar a verdade e adquirir conhecimento, rompendo, assim, o monopólio epistemológico da origem divina que prevaleceu durante o período medieval. Mas, por outro lado, tal ruptura também gerou uma série de crises, que gradativamente foram levando à negação da dignidade pessoal humana em nome de utopias sociais que se concretizaram em diversos regimes totalitários ao longo da modernidade.

No âmbito acadêmico não há um certo consenso temporal de quando efetivamente tem-se início o período moderno. Há pensadores, como é o caso de Hans Ulrich Gumbrecht, na obra “Modernização dos Sentidos”, que considera seu início no século XII, com a lírica trovadoresca ainda no período medieval e se concretiza no século XV onde há a descentralização dos sentidos do corpo. Segundo esse autor, a literatura dos trovadores, seria aquilo que denominamos de individualismo.

Nessa perspectiva ele discute que o surgimento do individualismo <sup>1</sup> foi proporcionado pela escrita, pela literatura. A poesia de Guilherme IX, que passa então a ser escrita, faz com que haja a descentralização do sujeito histórico, agora com outra lógica, outros valores. A escrita proporciona aos indivíduos uma separação do grupo. A modernidade implica na capacidade de o sujeito se descentrar, de se deslocar. É como se o sujeito se resignificasse. De certa forma é uma personalidade que se divide em duas ou mais, quando necessário, o que não era concebível no período medieval. No caso de Guilherme IX, o que Gumbrecht quer demonstrar é que ao fazer essa “transgressão”, esse trovador passa então a ter uma espécie de dupla personalidade, ou seja, ele rompe com a forma medieval de lírica, na qual o trovador não se diferenciava da sua pessoa. E já com Guilherme IX, passa-se a ter essa ruptura, na qual o personagem da trova é diferente do autor, no caso o próprio trovador, como se assumissem papéis diferentes.

A escrita é que legitima e proporciona essa descentralização dos sujeitos históricos, pois segundo Gumbrecht, “todo meio de comunicação novo em si mesmo transforma a mentalidade coletiva, imprimindo-se na relação que as pessoas mantêm

---

<sup>1</sup> O termo individualismo está sendo empregado no sentido de que a partir desse momento têm-se uma maior preocupação com a questão do individual, ou em outras palavras quanto têm-se o surgimento do indivíduo. Não no sentido que geralmente se denota quando se usa, principalmente na sociologia, os sufixos “ismo”, referindo a algo que torna-se mais intensificado, extremado, ou seja, como se fossem uma ideologia.

com seus corpos, com sua consciência e com suas ações”. (GUMBRECHT, 1998, p. 71). Ao fazer essa afirmação, o autor coloca a imprensa como um dispositivo de disciplinarização do corpo, pois segundo ele:

A história da era do manuscrito pode ser articulada em fases: a formulação escrita do latim com uma continuidade que remonta à Antiguidade; tentativas iniciais de formular as línguas vernáculas nos séculos XII e XIII; e, por fim, a consolidação do vernáculo como língua escrita, embora ainda na forma dos manuscritos. Gostaria de percorrer rapidamente essas fases a fim de mostrar que, para a transcrição da vida cotidiana, o manuscrito impõe na história das mentalidades, valores diferentes daqueles impostos pelo impresso. Isso é precisamente o que não se pode dizer da formulação manuscrita do latim desde a Antiguidade. Lá, deparamo-nos com o fenômeno da divisão do trabalho. A leitura e a escrita, na Idade Média, estavam restritas a muito poucos, sobretudo clérigos, que assumiam a função de “memória” de toda a sociedade. Essa divisão do trabalho era parte de uma ordem mundial, de uma cosmologia, que era inalterável e indiscutivelmente a expressão da Vontade de Deus. Todo fenômeno, inclusive a humanidade, tinha seu lugar, sua significação e destino nessa cosmologia e, portanto, o homem via-se a si mesmo como capaz somente de expressar o sentido cosmológico, mas jamais de descobri-lo. (Idem. p. 73-74)

3

Com isso ele estabelece que o mecanismo ou dispositivo, que regula o comportamento do corpo é o livro.

Finalmente podemos observar como o meio de comunicação, o impresso, rapidamente espalhou-se pela Europa acompanhando a invenção de Gutenberg <sup>2</sup> dos tipos móveis por volta de 1450. Definitivamente, o corpo humano não era mais o veículo de constituição do sentido; o corpo fora visivelmente separado do veículo de sentido, o livro, pela introdução de uma máquina, a prensa de impressão. Ao mesmo tempo em que era aliviado de função de veículo de constituição do sentido, o corpo era também liberado de sua função de fonte do sentido. Ao ler um livro, experienciávamos, até muito recentemente, a consciência de um autor como fonte do sentido. O corpo fora separado da consciência da comunicação. (Gumbrecht, 1998. p. 75)

Ao estabelecer essa relação de separação entre o corpo e o livro, Gumbrecht afirma que a escrita é o adestramento do corpo. É antes de tudo, uma prática social, serviria a um propósito útil, que era a modernização dos sentidos.

---

<sup>2</sup> Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg foi um inventor e gráfico alemão que introduziu a forma moderna de impressão de livros, que possibilitou a divulgação e disseminação da tipografia e da indústria do livro, a partir de 1450.

Ainda demonstrando as várias posições a respeito do início da era moderna, pode-se destacar a proposta de Richard Morse, que em sua obra “O Espelho de Próspero” define a modernidade como a junção de três grandes processos históricos: O Renascimento, a Reforma Protestante e o Capitalismo.

A modernidade seria o encontro desses três fenômenos. O primeiro de cunho intelectual, no qual se tem o pensamento secular, crítico, racional e o individualismo; O segundo de cunho espiritual, no qual há uma quebra no modelo de dominação religiosa, colocando todos os homens e mulheres em um mesmo plano espiritual; e o terceiro de cunho, digamos, econômico, no qual se tem a Revolução Industrial na Inglaterra, relação de mercado e uma nova organização do modo de vida, ocasionando uma transformação da organização e funcionamento das relações sociais, provocadas por novos arranjos produtivos que permitiam a consolidação do capitalismo industrial. Nessa perspectiva essa denominação de “moderno” só se aplica no âmbito da Europa.

O autor afirma que não existe apenas um fenômeno que possa ser o marco do que chama de “moderno”. Segundo ele existem várias formas de modernidade. Uma delas é a que surge no século XIII. Uma modernidade de fundo medieval da Península Ibérica, com o aparecimento do racionalismo escolástico, de um cristianismo associado ao catolicismo.

A diferença entre essas “modernidades” ibéricas, medievais, com relação às concepções que colocam que a modernidade começa a partir do século XVIII, ainda têm um denominador comum. Em latim “modernus”, do século XI ao XII, é uma simples relação de tempo (simultâneo) coevo. A modernidade é uma concretização coletiva de uma certa concepção de tempo, ou seja, de pertencimento, emparelhamento, contado direto, proximidade. É afirmar um tipo de presença. A idéia de moderno é expressar uma valorização de tudo aquilo que está presente, ou seja, tempo-presente.

Nessa perspectiva a modernidade nada mais é que uma experiência de tempo, sempre se privilegiando o “presente”. “Moderno” é aquele que se desfaz do passado e só se preocupa com o futuro, caso ele esteja próximo do presente, ou seja, se for palpável, próximo. Modernidade é uma experiência que converge para o âmbito da coletividade, do presente coletivo, priorizando o movimento constante de deslocamento do tempo, visto que há uma valorização da mudança.

Segundo reflexão de Francisco José Calazans Falcon, retirado da obra  
“História Moderna Através de Textos”

a noção de moderno não basta por si só para dizer algo de concreto ou definitivo sobre o período que queremos analisar. Modernos foram os nominalistas medievais, os humanistas do Renascimento, e aqueles que, no século XVII, travaram formidável batalha contra os “antigos”. Só aos poucos, nas sociedades ocidentais, foi havendo uma tomada de consciência quanto à modernidade nascente, em cujo seio já se vislumbra indecisa, a teoria do progresso. Foi a partir daí que se originou a noção de uma História Moderna, distinta enquanto época daquelas que lhe haviam precedido. (FALCON, Apud. MARQUES, et. alli, p. 11.)

Com essa definição Adhemar Marques procura demonstrar que a questão da modernidade, abordada por Falcon, estabelece novos critérios para a compreensão do “mundo moderno”. Devendo-se destacar a complexidade dos temas que não obedecem esquematismos ou datas-limites, uma vez que ao “moderno” contrapõe-se o “antigo” e nesse sentido torna-se mais difícil encontrar a modernidade, pois essa questão nos leva ao problema das rupturas e das continuidades.

Já para Anthony Giddens, na obra “Conseqüências da Modernidade”, a definição que se dá para a modernidade é se referindo “a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. (1991, Introdução)

Segundo esse autor, uma das faces dessa lógica da mudança é que a modernidade é profundamente apegada à experiência de desencaixe, criando pontos de diferença social, de tensão social, sempre negar algo até então vigente impondo outros referenciais. Definindo assim uma rotina de traumas sociais e, “capturar a natureza das discontinuidades em questão, devo dizer, é uma preliminar necessária para a análise do que a modernidade realmente é, bem como para o diagnóstico de suas conseqüências, para nós, no presente”. (GIDDENS, 1991. p. 13)

Nessa perspectiva, essas discontinuidades, trazidas pelo período moderno, faz com que haja uma mudança no modo de vida que era vigente, o que ocasiona uma alteração na ordem social. Essas transformações são muito mais profundas que as

transformações ocorridas em períodos anteriores. E isso é que causa uma experiência, uma sensação de desencaixe, de descontinuidade.

Para Giddens, a modernidade tem um lado duplo, ou seja, ela tanto traz grandes oportunidades de desenvolvimento, quanto essas mesmas oportunidades, podem, caso não se saiba manuseá-las, acarretar sérias consequências. Em outras palavras

a modernidade, como qualquer um que vive no século XX pode ver, é um fenômeno de dois gumes. O desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante que qualquer tipo de sistema pré-moderno. Mas a modernidade tem também um lado sombrio, que se tornou muito aparente no século atual, *que seria no caso, o século XX. Século esse que foi marcado pelas guerras mundiais, o holocausto.* [grifo nosso]. (GIDDENS, 1991, p. 16)

A modernidade, tal como foi explicitada por Weber, se constitui, pois, no resultado daquele processo de racionalização preconizado pelas Luzes - ligação do conhecimento patrocinado pelas ciências com os valores universais de progresso social e individual - que redundou em enormes modificações não só na sociedade como também na cultura.

Por modernização social podemos entender, através de Weber, a diferenciação da economia com o advento da economia capitalista, que supõe a existência da força de trabalho formalmente livre, a organização racional do trabalho e da produção e a utilização técnica de conhecimentos científicos, características a que se deve a expansão das nações capitalistas dos séculos XIX e XX com suas metrópoles industriais, meios de comunicação e fontes de energia, bem como o estabelecimento do poder da burguesia capitalista proprietária dos bens. À modernização social credita-se, também, a consolidação do estado nacional como provedor de serviços e controle, baseado no poder militar permanente, no monopólio da legislação, no sistema tributário centralizado e, sobretudo, num crescente processo de burocratização.

Por modernização cultural Weber nos faz entender a dessacralização e a racionalização das visões de mundo e sua substituição por esferas axiológicas diferenciadas, até então embutidas na religião: a ciência e a moral.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que a modernidade descolou, uma da outra, as três grandes áreas da vida histórica: o conhecimento, a política e o desejo. O conhecimento se libertou de suas restrições éticas e amarras teológicas paralisantes e partiu em busca do que antes era considerado tabu, contando somente com a autoridade de seus poderes críticos e céticos. Com o nome de ciência desligou-se do ético e do estético.

Na concepção de Sérgio Paulo Rouanet, a modernidade seria um processo inacabado, ela tem seu início com a Ilustração<sup>3</sup>, que seria o que normalmente se chama de Iluminismo no século XVIII, mas que ainda não se concretizou efetivamente. Sua proposta é repensar a modernidade, em busca de uma alternativa neomoderna. Essa proposta consistiria em tentar readaptar os princípios iluministas de universalidade, individualidade e autonomia, que segundo ele sofreram grandes distorções na sociedade, visto que somente “[...] o projeto de uma civilização neomoderna, é [grifo nosso] capaz de manter o que existe de positivo na modernidade, corrigindo suas patologias [...]”. (Rouanet,1993. p. 13).

A partir de referenciais iluministas, o autor retoma uma ideia que está presente nas reflexões de Montesquieu, em o “Espírito das Leis”, que é a ideia de liberdade. Segundo essa perspectiva a liberdade não pode ser pensada sozinha. Para ele, liberdade pressupõe igualdade, sem isso ela não se realiza. É um processo que só funciona na perspectiva do universalismo. É um poder agir com autonomia, mesmo estando no mesmo parâmetro dos outros. Ou seja, todos são tratados como iguais perante a justiça, viabilizando a denominada igualdade formal. Essa é a lógica do indivíduo iluminista, que é a mesma lógica do sujeito universal. Portanto, a liberdade sem o universalismo seria uma farsa.

A dimensão do iluminismo, como projeto normativo, que não foi implementado e as experiências posteriores causaram uma grande distância dos

---

<sup>3</sup> Segundo Paulo Sergio Rouanet “O iluminismo é um ens rations, não uma época ou um movimento. Por isso sempre o distingi da Ilustração, que designa esta sim, um momento na história cultural do Ocidente. Enquanto construção, o Iluminismo tem uma existência meramente conceitual: é a destilação teórica da corrente de idéias que floresceu no século XVIII em torno de filósofos enciclopedistas como Voltaire e Diderot, e de “herdeiros” dessa corrente, como o liberalismo e o socialismo, que, incorporando de modo seletivo certas categorias da Ilustração, levaram adiante a cruzada ilustrada pela emancipação do homem. (Idem. p. 13-14).

princípios iluministas, fazendo com que não sejamos mais capazes de conseguir conter e retomar esses princípios propostos, visto que o socialismo e o liberalismo possuem uma lógica própria, que muitas vezes dificulta a percepção de que ambos são produtos do iluminismo.

## **O INDIVÍDUO NA MODERNIDADE**

Para tratar a questão do indivíduo e a sociedade, buscando demonstrar as afetações que esse novo contexto propiciou na sociedade moderna, partirei do princípio, calcada na formulação de Sergio Paulo Rouanet, de que o período tido como moderno teve como principal expoente o Iluminismo. O que se busca ao ter como referência o Iluminismo é justamente sua contribuição para a questão individual, na história.

Segundo Rouanet, o

Iluminismo considera o aparecimento do indivíduo uma ocorrência epocal na história da humanidade. É um dos aspectos mais libertadores da modernidade. Ela permite pela primeira vez na história pensar o homem como ser independente de sua comunidade, de sua cultura, de sua religião. O homem deixa de ser seu clã, sua cidade, sua nação e passa a existir por si mesmo, com suas exigências próprias, com seus direitos intransferíveis à felicidade e à auto-realização. (ROUANET, 1993. p. 35)

8

A lógica do iluminismo e conseqüentemente da modernidade, é que o indivíduo seja capaz de se descentrar. Isso fará com que ele alcance sua autonomia, ou seja, ao ser capaz de se descentrar, esse indivíduo será capaz de fazer suas próprias escolhas, de conseguir discernir o que considera certo ou errado, em suma, que ele passe a ser responsável por suas ações e saiba lidar com suas conseqüências, além de ter a possibilidade de construir sua própria identidade, não mais seguindo ou aceitando parâmetros impostos por outros, como a família, a religião, a cultura <sup>4</sup>, rompendo assim a lógica do Antigo Regime, à qual limitava aos nobres a possibilidade de autodesenvolvimento. Agora, essa lógica é muito mais abrangente, englobando todos os sujeitos sociais.

---

<sup>4</sup> Claro que isso só ocorre em certa medida, visto que viver em sociedade implica seguir certas regras de conduta e de comportamento social.

Rouanet nos afirma que o foco central da Ilustração foi a questão individualizante. Esse individualismo ilustrado gera sérias consequências, visto que “o indivíduo passa ser titular de direitos e não apenas de obrigações, como nas antigas éticas religiosas e comunitárias. [...] O todo existe para o indivíduo e não este para o todo.” (Rouanet, 1993. p. 16). Isso pode se entendido como se esse indivíduo estivesse alheio ao que se passa ao seu redor. Como se o coletivo, as relações sociais não fossem influenciar em sua vida. Ele passa a ser um mero observador de tudo que se passa a sua volta, fazendo apenas juízos de valor, como se ele não fosse também parte integrante dessa coletividade.

Essa ideia de individualização “extrema”, apontada como prejudicial é bem melhor entendida na ótica de Norbert Elias <sup>5</sup>. Segundo ele os conceitos de indivíduo e sociedade, estão de certa forma interligados. Segundo Elias, a sociedade “somos todos nós”, ou seja, uma porção de pessoas juntas. E que os indivíduos são os principais elementos constitutivos da sociedade. Com base nisso, pode-se dizer que a sociedade é uma sociedade de indivíduos.

Nesse sentido, um não existe sem o outro. No entanto, existem vários tipos de sociedade. Elas estão sempre em movimento, e conseqüentemente os indivíduos que a compõem estão fadados a acompanhar essa movimentação, ou seja, mesmo desfrutando de toda sua liberdade individual, esses indivíduos estão “presos” numa ordem oculta e não diretamente perceptível pelos sentidos. E isso oferece ao indivíduo uma gama restrita de funções e modos de comportamento, visto que cada pessoa faz parte de um determinado lugar, de uma determinada sociedade. E cada sociedade tem sua forma própria de organização, de comportamento e seus membros são de certa forma condicionados a segui-los, mesmo inconscientemente. E essa forma condicionada que a sociedade impõe é o que se denomina de estrutura.

Nessa perspectiva, segundo Max Weber com o advento da modernidade, trazendo consigo o capitalismo houve uma mudança significativa nos modos de vida e no comportamento dos indivíduos. Isso porque o capitalismo, ou melhor, o espírito do capitalismo faz com que esses indivíduos passassem a viver numa outra lógica.

---

<sup>5</sup> O objetivo aqui não é fazer uma comparação entre esses dois intelectuais, visto que têm concepções e formações diferentes no tempo. E aproximá-los não é uma tarefa assim tão simples.

[...] O absoluto e consciente desregramento da ânsia de ganhar andou de braços dados muitas vezes com o mais estrito apego aos laços tradicionais. Com o desmoronamento da tradição e a irrupção mais ou menos enérgica do livre lucro no seio mesmo dos grupamentos sociais, o que se seguiu não foi uma afirmação do cunho ético dessa novidade, tendo sido simplesmente *tolerada* como um dado factual, considerado eticamente indiferente ou mesmo lamentável. Se bem que infelizmente inevitável. Essa foi não apenas a tomada de posição normal de todas as doutrinas éticas, mas também – do comportamento prático do homem médio da era pré-capitalista: “pré-capitalista” no sentido de que a valorização racional do *trabalho* ainda não haviam se tornado as potências dominantes na orientação da ação econômica. Foi precisamente essa atitude um dos mais fortes obstáculos espirituais com que se defrontou a adaptação dos seres humanos aos pressupostos de uma ordem econômica de cunho capitalista-burguês. (WEBER, 2004, p. 51)

Dessa forma, pode-se entender na concepção de Weber, que esse espírito do capitalismo faz acentuar essa secularização com a religião, uma vez que essa busca pelo ganho, pelo lucro se torna legítima através do trabalho<sup>6</sup>. Conseqüentemente esses indivíduos passam a ter uma relação indiferente com a igreja, ou seja, a racionalização do capital, do lucro, faz com que as pessoas se distanciem cada vez mais da religião, com a premissa de que esta o desviará do foco do trabalho.

Essa mudança na lógica social, calcada na necessidade constante de ganhar dinheiro, é legitimada pela aceitação desses indivíduos que passaram a perceber, através da razão e principalmente pelo sucesso do capitalismo que impõe a possibilidade de poder “alcançar o sucesso”, ou melhor, a realização pessoal, caso se desprendesse de suas antigas visões de mundo, ou seja, a partir de agora esses indivíduos não precisam mais ter o consentimento de nenhuma instituição religiosa, passando a dar cada vez mais ênfase na ação e atuação do Estado, com isso a relação entre individual e coletivo passa a ter uma nova significação. Nessa perspectiva essa nova relação entre individual e coletivo, como conseqüência desses desencaixes impostos pela modernidade atinge tal grau de desenvolvimento que acaba por acelerar os modos de vida de um modo geral.

Essa aceleração é entendida segundo Lipovetsky, como uma segunda modernidade (denominada como hipermodernidade<sup>7</sup>). Para o autor, ela tem o caráter de

---

<sup>6</sup> Mas atente-se que é apenas pelo trabalho honesto, justo, sem a exploração do trabalhador.

<sup>7</sup> O termo “hipermodernidade”, é usado segundo esse autor para refutar a formulação que muitos autores concebem ao conceito de pós-modernidade com um sentido de ruptura com a modernidade.

ser ao mesmo tempo desregulamentadora e globalizante além de alicerçar-se em três axiomas: o mercado, a eficiência técnica e o indivíduo. Segundo esse raciocínio, o indivíduo acaba por sofrer todas essas mudanças e alcança sua emancipação em face das limitações dos papéis sociais que até então vinha exercendo. No entanto, ele acaba sendo inserido na lógica da valorização do tempo, principalmente do tempo presente, resultando na presentificação da sociedade contemporânea. É o que Lipovetsky define como “imponderabilidade temporal”, ou seja, ele passa a viver em função do presente, como se o passado e o futuro não tivesse importância. Como se o que realmente importasse fosse somente “o aqui e o agora”.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se procurou demonstrar nesse trabalho foi que a modernidade, independente do marco temporal que se estabeleça para o período, mais precisamente o seu início, deve ser vista como uma organização social de uma série de desencaixes sociológicos. Sua proposta é transformar esses desencaixes em regra. Para isso há uma valorização da mudança. É uma permanente escalada de mudanças, quebrando assim a rotina estabelecida. Essas são reestruturações sobre aspectos da experiência social. Somos educados para as mudanças. Muda-se a lógica do pensamento social. Os sujeitos sociais devem ser preparados para se adaptar às modificações.

Esses desencaixes são fundados em uma relação ambígua, ou caso se preferir dialética, visto que são fatores contraditórios, mas que só assim se consegue fazer com que haja um equilíbrio nessas mudanças. O primeiro desses fatores seria, na concepção de Gumbrecht, o individualismo. O indivíduo entendido como aquele que estabelece uma mudança no contexto social. Entenda-se que não é a pessoa contra a totalidade, mas sim aquele que tem a capacidade de descentramento. Nosso individualismo contemporâneo é a do ser que consegue se separar, que seria multifacetado, que tem várias identidades. E essa ambivalência é transformada conscientemente em regra, uma

---

Segundo os autores trabalhados nesse artigo, a pós-modernidade é entendida como uma continuidade da própria modernidade, como uma extensão, ou seja, como o momento em que a modernidade começa a atingir seu ápice e os indivíduos e a sociedade passam a sofrer o que na concepção de Anthony Giddens, seriam as conseqüências da modernidade, e não algo totalmente contrário e exterior à ela.

vez que não se pode “ser a mesma pessoa” em todos os locais da sociedade. Contrabalanceando com o individualismo tem-se, na concepção de Rouanet, o universalismo, que defende o bem-estar social de todos, que seria uma espécie de defesa de um bem maior. Os indivíduos passam a ter consciência de que alguns de seus atos ou de suas vontades devem ser postas de lado em nome de um bem maior, em favor do coletivo.

Esses dois elementos causam um estado de tensão que acaba se balanceando, visto que eles não são acomodados, ou seja, um não é extensão do outro. Eles se complementam. É um estado de tensão que produz o equilíbrio entre eles. Pode-se estabelecer outro ponto de equilíbrio quando se refere à secularização de um lado e a moral (ética), na concepção de Weber, de outro. Isso causaria uma quebra no monopólio religioso, através do protestantismo (que é um elemento fundamental para a secularização). Nessa perspectiva, os indivíduos se desprenderiam da lógica da dominação religiosa e passariam a ter consciência de seus atos, suas ações seriam mais racionalizadas.

O maior de todos esses balancetes, que propiciam esses desencaixes, seria o consumo, proporcionado por uma economia de mercado, que também pressupõe outro fator de relevância sociológica, ou seja, o processo de urbanização. As cidades se tornam os grandes centros que reorganizam a vida em sociedade considerada moderna. Só quando as cidades triunfam sobre o campo que se pode falar em modernidade.

Uma extensão ou consequência desses desencaixes seria o estabelecimento de uma nova concepção que se tem do tempo. Mas deve-se privilegiar o tempo-presente. A modernidade nada mais é que uma experiência de tempo. O indivíduo “Moderno” é aquele que se desfaz do passado e só se preocupa com o futuro, caso ele esteja próximo do presente, ou seja, se for palpável, próximo. Modernidade é uma experiência que converge para o âmbito da coletividade, do presente coletivo, priorizando o movimento constante de deslocamento do tempo, visto que há uma valorização da mudança.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 1994.

GIDDENS, Anthony. **Consequências da Modernidade**. São Paulo. Editora da Universidade Estadual de São Paulo. 1991.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo. Ed. 34. 1998. p. 33-108.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: EDUERJ. Contraponto, 1999. p. 111-165.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os Tempos Hipermodernos**. São Paulo. Ed. Barcelona. 2004. p. 49-103.

MARQUES, Adhemar, et. alli. **História Moderna através de textos**. São Paulo. Contexto, 2005. (Coleção textos e documentos; 3).

ROUANET, Paulo Sergio. **Mal-estar na Modernidade: ensaios**. São Paulo. Companhia das Letras. 1993. p. 09-95.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo. Companhia das Letras. 2004.